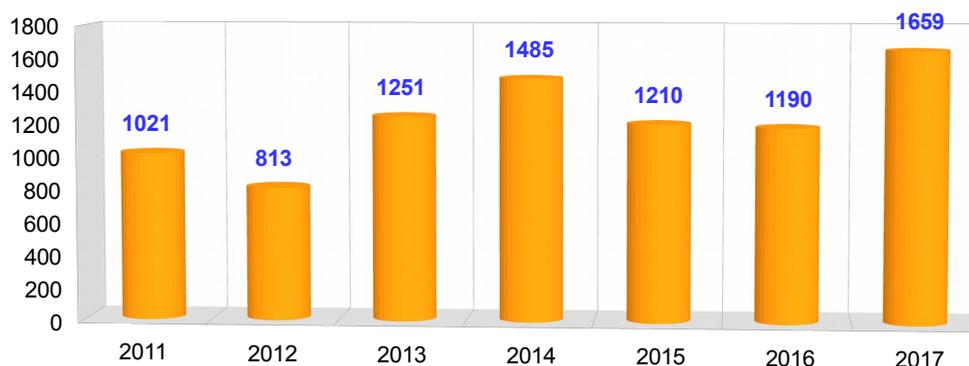


**RESULTADO DAS DENÚNCIAS E VALORES TOTAIS SONEGADOS/DENUNCIADOS NOS RESPECTIVOS ANOS**

**DENÚNCIAS OFERECIDAS – DE 2011 A 2017**

ANOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAIS	1021	813	1251	1485	1210	1190	1659

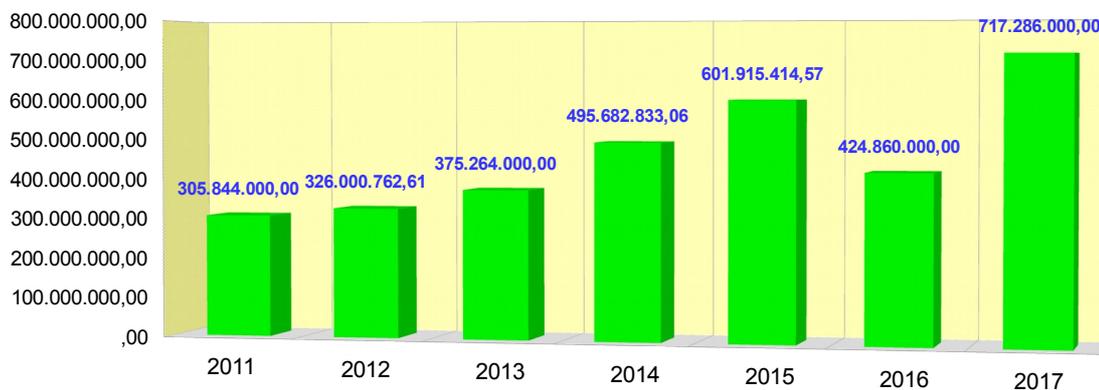
**DENÚNCIAS OFERECIDAS DE 2011 A 2017**



**VALORES SONEGADOS/DENUNCIADOS (EM REAIS) – até 2017**

ANOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAIS	305.844.000,00	326.000.762,61	375.264.000,00	495.682.833,06	601.915.414,57	424.860.000,00	717.286.000,00

**VALORES TOTAIS DENUNCIADOS/SONEGADOS DE 2011 A 2017**



**VALORES RECOLHIDOS AOS COFRES PÚBLICOS EM DECORRÊNCIA DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA ÁREA TRIBUTÁRIA (EM REAIS)**

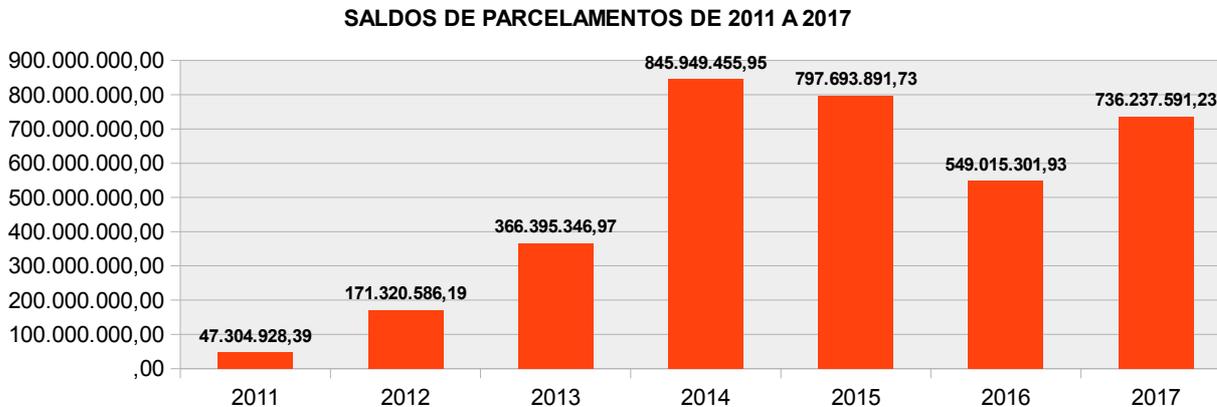
ANOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>TOTAIS</b>	<b>46.607.636,87</b>	<b>104.805.074,01</b>	<b>52.758.731,11</b>	<b>72.874.093,50</b>	<b>87.378.119,82</b>	<b>103.265.232,02</b>	<b>153.750.143,92</b>

(Valores recolhidos de parcelamentos originados em anos anteriores, bem como daqueles realizados até o mês de dezembro de 2017).



**DEMONSTRATIVO DO SALDO DE PARCELAMENTOS REALIZADOS EM ANOS ANTERIORES, BEM COMO DAQUELES EFETUADOS EM 2017.**

ANOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
<b>TOTAIS</b>	<b>47.304.928,39</b>	<b>171.320.586,19</b>	<b>366.395.346,97</b>	<b>845.949.455,95</b>	<b>797.693.891,73</b>	<b>549.015.301,93</b>	<b>736.237.591,23</b>



OBS.: Como resultado da repressão à sonegação fiscal no âmbito Estadual foram propostas, pelos Órgãos de Execução com atribuições na ordem tributária, 1.659 ações penais, de acordo com os Relatórios da Corregedoria-Geral e especificamente das Promotorias Regionais da Ordem Tributária de Lages, Chapecó, Joinville, Criciúma, Blumenau, Itajaí e de Florianópolis, envolvendo montante sonegado/denunciado de mais de R\$ 717 milhões.

No decorrer de 2017, a continuidade da atuação do Ministério Público no combate aos crimes contra a ordem tributária resultou em um incremento de arrecadação de R\$ 153.750.143,92, diretamente recolhidos aos cofres públicos, finalizando-se, no último dia do ano, com um saldo de parcelamentos tributários originários de procedimentos investigativos e ações penais, a serem recolhidos pelos investigados por delitos tributários, de R\$ 736.237.591,23.

Elaboração: Iania Zaffonato – Assessoramento Técnico – COT – MPSC.

Giovanni Andrei Franzoni Gil

Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária